

 revista

SERJUSMIG

www.serjusmig.org.br



**SERJUSMIG, UMA
HISTÓRIA DE LUTAS
E CONQUISTAS!**

CONHECER A PRÓPRIA HISTÓRIA É ESSENCIAL PARA AVANÇAR

Em março de 2025, o Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais (SERJUSMIG) completa 35 anos. A data merece comemoração especial devido à importância histórica da entidade e também para homenagear a todas e todos que fazem parte dessa caminhada.

Dizem que “a curiosidade matou o gato, mas a satisfação o trouxe de volta”. E que satisfação! Ao nos dispormos a contar a história do sindicato, iniciamos uma viagem no tempo, que demandou muita pesquisa, mas nos fez viver e reviver momentos memoráveis da trajetória dos servidores e servidoras da Justiça de Minas Gerais.

Acessar os materiais antigos, revirar caixas e mais caixas de fotografias, conversar e rebuscar a memória dos que passaram pela direção, funcionários e servidores, comprovou o que já sabíamos: a categoria é construída por pessoas valorosas, corajosas e envolvidas na luta em defesa dos direitos dos servidores e do serviço público.

Juntamente com a exposição dos 25 encontros de delegados, que foi lançada em 2024 e a exposição da trajetória do sindicato, a 3ª edição da Revista faz parte da mostra “SERJUSMIG: 35 anos de história, lutas e conquistas”, afirmando a duradoura e exitosa batalha da entidade pelos direitos dos trabalhadores.

Como resultado dessa pesquisa, apresentamos a trajetória do sindicato a partir de relatos e registros de um cotidiano de organização, luta e resistência dos trabalhadores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Não é tarefa fácil representar tamanha importância e não é objetivo nosso expor cada detalhe de maneira minuciosa e exaustiva. Por isso, escolhemos abordar essa longa jornada a partir das principais lutas da categoria.

Aproveitamos para lembrar que cada direito do qual a categoria hoje se beneficia foi fruto de luta, persistência, dedicação, mobilização, negociação, articulações por parte da diretoria do sindicato e de sua base. Sim, sem luta, não há direitos. E foi essa força e união que garantiram aos servidores tantos direitos, como a recomposição salarial, a promoção vertical, o vale-lanche, a licença maternidade, o auxílio-saúde, a indenização de plantões, a gratificação e tantos outros. Você sabia que, antes da lei da data-base, a categoria chegou a ficar 10 anos sem recomposição salarial?

Para quem não conhece as lutas do passado do SERJUSMIG ou acredita que o sindicato nunca se envolveu ou se posicionou politicamente, este é o momento de experienciar e aprender sobre a capacidade de ação do sindicato e de união da categoria. Para quem já sabe, é momento de valorizar e rememorar as lutas e conquistas. Afinal, é indispensável conhecer a história, pois quem não a conhece está fadado a repeti-la.



revista
SERJUSMIG

Sede: Rua dos Guajajaras, 1984,
Barro Preto - Belo Horizonte/MG
CEP: 30180-101

Expediente

Diretoria:
Gestão 2025 a 2028

Conselho editorial:
Diretoria executiva e equipe de comunicação

Jornalistas:
Carla Abreu, Maíra Gomes e Wallace Oliveira

Projeto gráfico e diagramação:
Carolina Garcia

Fotos:
Equipe de comunicação e colaboradores

Edição final:
Eduardo Couto e Wallace Oliveira

Edição 3 - Dezembro de 2025

Tiragem: 1000 exemplares



Assembleia do SERJUSMIG, no clube Cruzeiro

NESTA EDIÇÃO

04 HISTÓRIA

Luta por direitos trabalhistas atravessa décadas e marca história da justiça mineira

08 ESTRUTURAÇÃO

Uma trajetória de construção: os caminhos que consolidaram o SERJUSMIG

10 PLANO DE CARREIRA

Os avanços da luta sindical que ergueram a carreira dos servidores

13 VALE-LANCHE

Uma conquista que rompeu desigualdades

16 ASSÉDIO

O TJ precisa deixar de ser julgador e promover ambientes saudáveis de trabalho

18 RECOMPOSIÇÃO

Data-base: entenda a lei que mudou a história da luta salarial no TJMG

21 GREVE

A greve como instrumento de luta no SERJUSMIG

24 CONCURSOS

Garantir o futuro pela porta da legalidade: a luta histórica pelos concursos públicos.

28 APOSENTADOS

Há uma década, NAS demonstra na prática que aposentadoria não é o fim, mas o início da caminhada

30 LUTA POLÍTICA

Sindicato é político: atuação não se restringe à luta econômica

28 SINDICATO

SERJUSMIG garante direitos e muda a trajetória de servidores em Minas



LUTA POR DIREITOS TRABALHISTAS ATRAVESSA DÉCADAS E MARCA HISTÓRIA DA JUSTIÇA MINEIRA



Em Minas Gerais, o Tribunal de Justiça passou por mudanças significativas ao longo dos séculos. Na década de 1970, a estrutura da instituição era bastante diferente do modelo conhecido atualmente. À época, já existia organização entre os servidores, que se dividiam em três categorias distintas de trabalhadores da Justiça.

Uma grande parcela daqueles que trabalhavam em cartórios fora do Fórum Lafayette, ainda que estivessem ligados ao Estado de Minas Gerais, na então Secretaria do Interior e Justiça, não eram remunerados pelo Estado. Assim, eram chamados de 'não remunerados'. Os demais eram os 'extrajudiciais'.

Somados, esses dois grupos tinham como entidade representativa a Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de Minas Gerais (SERJUS), fundada em 1961.

Já os servidores 'remunerados', aqueles que recebiam seu provento pelo Estado mineiro e trabalhavam dentro do Fórum, estavam formando a sua própria organização. No dia 14 de julho de 1975, um pequeno grupo reúne-se e funda a Associação dos Servidores Remunerados da Justiça de Minas Gerais. No modelo de

sociedade civil sem fins lucrativos, a entidade atuou na defesa dos direitos e interesses dos servidores da Justiça do Estado, a partir de então.

Nesse período, o Brasil vivia uma ditadura militar com ataque aos direitos civis e políticos dos trabalhadores, como o direito à organização sindical. Ainda que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) reconhecesse a organização sindical aos trabalhadores em geral, o artigo 566 proibia expressamente a sindicalização dos servidores do Estado e das instituições paraestatais. Essa era a razão para que as entidades representativas fossem 'associações'.

Ao longo dos anos, a luta clandestina e a organização do povo brasileiro resultaram na redemocratização do país. Finalmente, em um dia chuvoso, em 5 de outubro, é promulgada a Constituição de 1988, restabelecendo a democracia. O texto traz a expansão de direitos sociais e civis (como saúde, educação, moradia e segurança), institui o regime federativo brasileiro e constitui um importante divisor de águas nos direitos dos servidores públicos.

O inciso VI, do artigo 37, da Constituição Federal de 1988, garante ao servidor público o direito

1975

Em 14 de julho, foi **fundada** a Associação dos Servidores da Justiça, o SERJUS.

1985

Fim da Ditadura Militar é marcado pela eleição indireta de Tancreto Neves.



1987

Brasil vivencia a instalação da Assembleia Constituinte.



à livre associação sindical. A abertura permitiria o surgimento de milhares de entidades, iniciando uma nova era na defesa do serviço público no Brasil.

REORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA

Mesmo tendo estabelecido seu direito à organização sindical, os servidores da Justiça de Minas Gerais ainda levariam alguns anos até que construíssem a sua entidade sindical. De imediato, a Constituição Brasileira de 1988 ocasionou outra significativa alteração para os trabalhadores da Justiça de Minas Gerais, a regulamentação e garantia de direitos básicos.

A mudança foi resultado da estatização da Justiça no Brasil, estabelecida pela Carta Magna. A Constituição acentuou a independência do Poder Judiciário, com autonomia funcional, administrativa e financeira. Em seu artigo 92, foi criado o Superior Tribunal de Justiça (STJ) como corte de uniformização de jurisprudência em torno da legislação federal, e criados ainda cinco Tribunais Regionais Federais.

Em Minas Gerais, as alterações tiveram repercussão na vida funcional dos servidores. O aposentado Eutides Márcio Sarmento, conhecido como Tidinho, trabalhava na Justiça mineira desde 1975 como servidor não remunerado.

Com a aplicação da Constituição de 1988, ele conta que os cartórios foram desmembrados em varas. Os sete escrivães “foram aposentados para o cartório ficar para o Estado”. Ele e todos os colegas foram absorvidos pelo Tribunal de Justiça e passaram a receber pelo Estado, igualando-se aos servidores remunerados.

A adaptação à nova estrutura da Justiça levou um tempo até que os servidores se reorganizassem e se preparassem novamente para a luta. “Com a abertura da Constituição, em março de 1990, em uma assembleia no auditório da Associação do Ministério Público, nós criamos o sindicato na cara e na coragem”, lembra o servidor e antigo sindicalista Ivo Campos Athayde.

Ali, nascia o então Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais.

1988

Sindicalismo brasileiro estava em período de efervescência desde o final dos anos 70, com greves e grandes mobilizações de rua.

É promulgada a **nova Constituição Federal**, que reconhece direitos como a liberdade de greve e a negociação coletiva.



1989

Lei 7.783/89 foi um grande marco, pois assegurou aos trabalhadores o direito de decidir sobre suas greves e defender seus interesses.

SOB NOVA DIREÇÃO

Em um novo episódio, os trabalhadores finalmente seriam reconhecidos e valorizados. Willer Ferreira, diretor financeiro do SERJUSMIG, trabalha para o Judiciário desde 1982, quando entrou ainda como menor aprendiz. Mais tarde, foi nomeado escrevente juramentado não remunerado da comarca de Belo Horizonte. Ele conta os principais desafios da época.

“A gente não tinha carteira assinada, não tinha 13º, não tinha férias e não pagava previdência. Havia um salário mínimo que recebíamos do escrivão, e cada desarquivamento gerava algum valor para receber. Aí, nós juntávamos os valores, tipo uma caixinha, e dividíamos entre os funcionários no fim do mês”, relembra.

Resolver essas demandas esteve entre as primeiras ações do sindicato, às quais também se somam a melhoria na estrutura física, instituição de ponto, distribuição de lanche nas secretarias, tecnologias para otimização do trabalho e muitas outras.

Entre as dificuldades enfrentadas, o primeiro presidente do sindicato, Ailton de Pinho Tavares, destaca a discrepância salarial entre os servidores da primeira instância e os da segunda, que chegava quase ao dobro do valor.

“Nós tivemos que pleitear um projeto de lei reestruturando o quadro da Justiça, pois a diferença salarial era gritante entre nós da 1ª e a 2ª Instância. Existia até mesmo a situação de Oficial de Justiça não remunerado”, relata. Foi então que a Lei 9.776 implementou a reestruturação do foro judicial de 1ª instância, iniciando um processo que levaria, anos depois, ao equilíbrio e isonomia.

O cumprimento do artigo 39 da Constituição de 88, que exigia a instituição de regime jurídico único e planos de carreira para os servidores, viria a ser observado somente em 1992, com a Lei Ordinária 10.593.

Nesse mesmo ano, foi realizado o primeiro concurso do TJMG para os quadros da 1ª Instância, fortalecendo o Poder Judiciário em Minas Gerais e os seus servidores.

Ata da reunião de criação do SERJUSMIG, no dia 08 de março de 1990.



Você sabia que o SERJUSMIG já teve uma ambulância?

Na década de 90, enquanto o Sistema Único de Saúde (SUS) era gestado, entidades sindicais prestavam esse tipo de serviço aos trabalhadores.

1989

Primeira eleição direta para Presidente do Brasil, em mais de 20 anos.

1990

No dia 8 de março, da divisão da Associação, nasceu o Sindicato dos Servidores Remunerados da Justiça de 1ª Instância do Estado de Minas Gerais, o SERJUSMIG.

A primeira logomarca do SERJUSMIG foi criada em 1990 e apareceu estampada já na ata de fundação.



O PRIMEIRO CONCURSO

Em 18 de junho de 1992, foi publicado no Diário do Judiciário o Edital 01/92, abrindo oficialmente o processo seletivo e estabelecendo as diretrizes para contratação de novos servidores na comarca de Belo Horizonte.



Os servidores que já trabalhavam na Justiça viram nesse concurso a oportunidade de fazerem parte do quadro do TJMG, e o SERJUSMIG estava ao seu lado. Todos aqueles que trabalhavam na Justiça mineira antes do concurso haviam perdido o período para averbação de tempo de serviço para fins de aposentadoria.

A gestão do presidente Ailton de Pinho Tavares negociou junto ao Tribunal, que permitiu que cada trabalhador realizasse a sua “justificação de tempo de serviço”, procedimento exigido quando não há documentação formal que comprove a atividade desempenhada.

Pouco depois do primeiro concurso, um novo edital, publicado em julho de 1994, convocou certame para provimento de vagas na primeira instância, desta vez em comarcas do interior. Nos anos seguintes, outros concursos foram realizados para prover o Estado, valorizando os trabalhadores e fortalecendo a Justiça mineira.



1991

A primeira gestão do sindicato foi provisória e teve como presidente o servidor Ailton de Pinho Tavares.

SERJUSMIG investiu em um curso gratuito para auxiliar os trabalhadores não remunerados, a fim de que pudessem estudar para o concurso do TJMG.

1992

Primeira eleição do sindicato teve como presidente eleito o servidor da justiça Olinto Ferreira de Paiva.



UMA TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO: OS CAMINHOS QUE CONSOLIDARAM O SERJUSMIG

Muito antes de existir no papel, a luta já pulsava na prática do SERJUSMIG: era a união de servidores que, desde os anos 70, por meio de uma associação, discutiam direitos, organizavam reivindicações e buscavam espaços de representatividade em um Judiciário que se transformava rapidamente. A criação do sindicato foi a consolidação de um movimento que já era forte, e que só cresceria.

Para revisitar essa trajetória, os diretores e servidores de longa data Rui Viana e Willer Ferreira se juntaram ao funcionário mais antigo da entidade, Reginaldo Kretli, testemunha viva da evolução administrativa, política e humana do sindicato.

A primeira sede do sindicato era localizada na rua Juiz de Fora, em Belo Horizonte. Willer Ferreira, hoje diretor financeiro do SERJUSMIG e, na época, já servidor do TJMG, explica que a primeira casa da entidade veio de um acordo com a associação.

“Quando o SERJUSMIG foi criado, houve um acordo com o SERJUS (Associação dos Serventurários da Justiça do Estado de Minas Gerais) para dividir o patrimônio. Assim, o SERJUSMIG ficou com a casa na Juiz de Fora”, relata Willer Ferreira.

A segunda sede, na Avenida Amazonas, adquirida por meio de um leilão judicial, em 1993, foi casa do SERJUSMIG por 20 anos e marcou uma nova fase na estruturação do sindicato. “Grande



parte da nossa história foi construída ali. Quando eu fui contratado, na época, como office-boy, o sindicato tinha acabado de ir para a casa da Amazonas. Foram muitos anos conduzindo a luta da então sede”, diz Reginaldo Kretli, funcionário do SERJUSMIG desde 1994.

Ainda nos anos 90, a diretoria iniciou o projeto do Residencial SERJUSMIG, com a intenção inicial de beneficiar, com moradia a preços abaixo do mercado, servidores filiados. Embora esse objetivo tenha sido alcançado apenas de forma parcial, atualmente, o residencial é parte

1993

Manifestação dos Tarjas Pretas: campanha salarial pedia reajuste de 40%.



1995

SERJUSMIG adquire casa localizada na Avenida Amazonas, em BH, que começou a funcionar em 1994 como nova sede do sindicato.

Diretoria eleita para o triênio 1995-1998, presidida por Vicente de Pinho Tavares.



importante da estrutura do SERJUSMIG, com hospedagens especiais para sindicalizados e alugueis que ajudam a manter a entidade.

A atual sede, na Rua Guajajaras, foi construída concomitantemente ao Residencial, mas só se tornou endereço oficial em 2013. A mudança simbolizou um SERJUSMIG moderno e consolidado.

CRESCIMENTO E PROFISSIONALIZAÇÃO DA EQUIPE

O crescimento da entidade também pode ser medido considerando o tamanho da equipe:

- Em 1994, apenas 15 funcionários;
- Em 2025, são 54, atuando em áreas como jurídico, comunicação, administração, atendimento, patrimônio, tecnologia da informação, mobilização e saúde.

“Com o aumento do quadro de servidores do Judiciário mineiro, foi importante expandir a estrutura do SERJUSMIG e o número de trabalhadores dentro do sindicato. Dessa forma, podemos atender cada vez melhor os filiados e filiadas”, completa o diretor administrativo e vice-presidente, Rui Viana.



O PAPEL DOS DELEGADOS E A INTERIORIZAÇÃO DA LUTA

Em 2000, o sindicato realizou o primeiro Encontro de Delegados, passo fundamental para

o fortalecimento da atuação estadual. “Desde o início, a ideia era formar e informar os delegados para que eles disseminassem a luta em suas comarcas”, explica Willer. “Foi criado como um elo direto entre a diretoria e a base.”

Nos anos seguintes, o SERJUSMIG iniciou também os primeiros encontros regionais, que tinham como objetivo inaugurar oficialmente as primeiras regionais do sindicato. O primeiro desses eventos ocorreu em Juiz de Fora, em 2003.

A interiorização da luta é lembrada pelos três entrevistados como um dos pontos mais importantes da história do sindicato. “Foi uma mudança importante na política da entidade para garantir condições de trabalho e direitos fundamentais para os servidores e servidoras de todo o estado”, completa Rui Viana.

UMA HISTÓRIA CONSTRUÍDA POR MUITAS MÃOS

Com quase 12 mil filiados e filiadas, dez regionais, uma equipe ampliada e décadas de mobilizações, o SERJUSMIG chega aos 35 anos como uma das entidades sindicais mais estruturadas do Brasil. Mas, para quem viveu essa história por dentro, nada disso se separa das pessoas.

“O Sindicato não é só prédio, não é só número, é gente”, afirma Reginaldo. “A evolução dos dirigentes ao passar do tempo foi importantíssima para a luta. Eu fui testemunha dessa evolução e aprendizado, de todos eles. Todos aqueles que se comprometeram com a luta saíram ou continuam aqui com uma visão totalmente macro, totalmente mudada. Com lugar de fala mesmo, quando você fala, toca no assunto sindicalismo”, avalia.

Para Rui, a essência do SERJUSMIG permanece a mesma desde 1990: “o que move o sindicato é a categoria. Apenas com a categoria unida que a luta tem êxito”. E Willer complementa: “Se chegamos até aqui, é porque nunca abrimos mão da luta coletiva. E é assim que vamos continuar.”



1996

Início das obras
do Residencial
SERJUSMIG.



1998

SERJUSMIG filia-se à
FENAJUD, a Federação
Nacional dos Trabalhadores
do Judiciário nos Estados.

OS AVANÇOS DA LUTA SINDICAL QUE ERGUERAM A CARREIRA DOS SERVIDORES

“O vencimento inicial no TJMG não é bom, mas a carreira é”. Tal afirmação tem sido repetida inúmeras vezes por pessoas que almejam trabalhar no Judiciário mineiro.

Diversamente de outras categorias, a carreira no TJ oferece possibilidades significativas de incremento da renda ao longo do tempo. Embora ela ainda precise de aprimoramentos, conhecer sua história e reconhecer os avanços é um passo fundamental para a continuidade da luta.

A seguir, algumas conquistas que estruturaram a carreira dos servidores do TJMG.

INSTITUIÇÃO DA CARREIRA

A Lei estadual 10.593/1992 instituiu a carreira da 1ª instância, com suas classes, cargos e requisitos para progressão e promoção. Nesse primeiro momento, um vício originário caracterizava a carreira: a existência de dois quadros separados, de 1ª e 2ª instâncias, cuja relação não era nada isonômica. Tal dualidade só seria superada 17 anos depois.

Com a regulamentação do plano de carreiras em 2001, o SERJUSMIG conquistou as férias de 25 dias úteis para os servidores da Justiça.

ADICIONAL DE DESEMPENHO (ADE)

Em 2003, na reforma administrativa proposta pelo governo Aécio Neves (PSDB), a Assembleia Legislativa aprovou a Emenda Constitucional 57, suprimindo quinquênios e outros direitos para os futuros servidores de Minas Gerais. Na época, a proposta enfrentou a resistência do movimento sindical unificado.

Foi nesse período que aconteceram as **eleições dos primeiros delegados sindicais**, um importante passo para a participação dos servidores e a atuação do SERJUSMIG no estado.

Eleição de nova diretoria, que teve como presidente o servidor Marcelo Palhares.

Início dos estudos e discussões sobre as alterações dos planos de carreiras, entre as quais a emenda dos **25 dias úteis de férias**.

Em janeiro desse ano, foi realizado o 1º Encontro de Delegados Sindicais, na cidade de Poços de Caldas, e o 2º Encontro, no mês de dezembro.

ABERTURA DA CARREIRA

Seis anos depois, na Lei 18.581/2009, a luta sindical conquistou o Adicional de Desempenho (ADE) para os servidores do Judiciário que ingressaram após 15 de julho de 2003 ou àqueles que, recebendo adicional por tempo de serviço, optassem por substituí-lo pelo ADE.

Além disso, por meio do Escritório Lucchesi, o SERJUSMIG ingressou com ação cobrando o pagamento do ADE desde a extinção do quinquênio, em 2003. Graças ao sucesso dessa ação, servidores que ingressaram no Tribunal antes da Lei 18.581 puderam receber o adicional pelo período compreendido entre o fim do quinquênio e a instituição do novo direito.

Até 2013, o acesso à classe B estava condicionado à vacância dos cargos de escrivão e contador. Nessas condições, ascender à classe B implicava assumir um desses cargos, além do cumprimento obrigatório da jornada de oito horas.

Fruto da luta sindical, a Lei 20.865/2013 criou as figuras dos gerentes de secretaria e de contadoria, abrindo as portas para que outros servidores, que nas regras de outrora ficariam estacionados na classe C, pudessem avançar na carreira.

Nesse momento, ainda não era garantida a remuneração aos gerentes pelo incremento de duas horas na jornada, questão que só seria equacionada na década seguinte. Tampouco a lei assegurava a gratificação aos gerentes pela função de chefia, algo que só seria instituído anos depois.

UNIFICAÇÃO DOS QUADROS

“Éramos uma subcategoria. Existiam os servidores da 2ª instância, com todos os direitos, e existíamos nós, privados de participar da mesma carreira”, relembra a servidora aposentada Marta Regina Fonseca Lima, referindo-se ao período que antecedeu a Lei 23.478/2019, que unificou os quadros de pessoal do Judiciário estadual.

O TJMG reconhecia, na justificativa do projeto, que era preciso “equalizar a distribuição da força de trabalho entre o primeiro e o segundo graus, proporcionalmente à demanda de processos”. Esse reconhecimento, porém, só foi alcançado porque o sindicato lutou.

“Precisávamos mudar essa realidade, visto que, para o quadro da primeira instância, o volume de processos distribuídos sempre foi



SERJUSMIG mobiliza servidores para a luta contra a extinção de direitos na reforma administrativa proposta pelo governo Aécio, conhecida como “Choque de Gestão”.

SEIS NÍVEIS

A Lei 16.645/2007 elevou em seis níveis os padrões de vencimento de todos os servidores do TJMG. Como exemplo, antes, ao ingressar no Judiciário, um servidor acessava o PJ 22. Com a mudança, o padrão inicial passou a ser o PJ 28.



Mobilização garantiu o sucesso da campanha “Indignação”, pelo reajuste salarial de 10% aos servidores.



gigantesco, mas sem o tratamento orçamentário correspondente. A diferença começava pelo fato de que havia concursos específicos para cada uma das instâncias”, recorda o 1º vice-presidente, Rui Viana. Na época, ele presidia o sindicato.

Na estrutura então vigente, os servidores da primeira instância em nenhuma hipótese poderiam transitar à segunda, onde a carreira era melhor.

“Um servidor extremamente competente trabalhava com um juiz. Se esse juiz se tornasse desembargador e quisesse esse servidor em cargo de comissão, isso não seria possível porque tal cargo só podia ser preenchido por servidor lotado na segunda instância”, exemplifica Rui Viana.

Os recursos também eram desiguais e, na promoção vertical (PV), a segunda instância não tinha limite de vagas, ao passo que, na primeira, que concentrava mais de 80% do efetivo, o percentual de promovidos era ínfimo, se comparado aos níveis atuais.

A aprovação da Lei 23.478/2019 acabou com essa cisão, viabilizando as conquistas subsequentes. “Hoje, qualquer luta unificada por ampliação nos recursos da PV beneficia

a 1ª instância porque, lá atrás, lutamos pela unificação”, avalia Rui.

MAIS RECURSOS PARA A PV

Há décadas, o SERJUSMIG batalha pela majoração do orçamento para a promoção vertical. Graças a esse empenho, em diversos anos, o TJ disponibilizou mais recursos após a publicação do edital e início do processo classificatório.

Tal trabalho foi favorecido pela aprovação de uma emenda à Lei estadual 23.828/2021, elaborada pelo SERJUSMIG e apresentada e defendida pela deputada Beatriz Cerqueira.

O texto autoriza o Tribunal de Justiça, havendo disponibilidade orçamentária, a indicar um número de vagas em até 50% acima dos limites previstos na lei, em cada classe subsequente das respectivas carreiras, para a promoção vertical.

“Sempre buscamos demonstrar que, se o Tribunal tratar a carreira com prioridade, perceberá que pode, sim, destinar mais recursos e incluir mais pessoas”, defende Rui Viana.



SERJUSMIG mobiliza categoria, na ALMG, na luta pela unificação das carreiras

2001

Eleita a **primeira presidente mulher do SERJUSMIG, Soraya Rocha Galvão**, na gestão do triênio 2001-2004.

3º Encontro de Delegados.

2002

Inauguração da **COOPERSERJUSMIG**, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Justiça.



SERJUSMIG se soma à **Frente Contra a Destruição do Serviço Público** e potencializa as discussões e mobilizações contra a Reforma Administrativa.

4º Encontro de Delegados.



A grande mobilização da campanha “Indignação” abriu as portas para conquistas importantes da categoria

VALE – LANCHE PARA TODOS: UMA CONQUISTA QUE ROMPEU DESIGUALDADES NO TJMG

No início dos anos 2000, uma pauta simples - mas profundamente simbólica - mobilizou o SERJUSMIG e expôs as desigualdades históricas dentro do Judiciário mineiro: o vale-lanche. Enquanto os magistrados já contavam com o benefício, servidoras e servidores eram privados desse direito. Em 2000, o Sindicato iniciou uma intensa luta pela equiparação, reivindicando que o direito fosse estendido a toda a categoria.

A demanda ganhou força, mas, em 2003, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) implementou o vale-lanche apenas para os servidores lotados em Belo Horizonte. A justificativa apresentada pelo Tribunal gerou indignação e perplexidade: segundo a Administração, quem trabalha no interior “poderia atravessar a rua



2003

SERJUSMIG participa da luta nacional em Brasília, para debater e enfrentar a Reforma da Previdência.

5º e 6º Encontro de Delegados.



Em Minas Gerais, servidores se mobilizaram pelo reajuste de 54% e pela nomeação dos aprovados no concurso de 2001. Período também de lutas contra o “Choque de Gestão” proposto pelo governo Aécio.

e comer na casa de parentes”. A colocação preconceituosa, além de desconsiderar a realidade dos trabalhadores, reforçava um tratamento desigual e distanciado das necessidades cotidianas da categoria.

Diante da discriminação explícita, o SERJUSMIG reagiu imediatamente. Com o apoio jurídico do escritório Lucchesi Advogados Associados, o sindicato ajuizou uma ação pedindo que o benefício fosse estendido a todos os servidores do interior. Para o diretor Willer Ferreira, aquela luta simbolizava muito mais do que um valor pecuniário: “era sobre respeito, reconhecimento e isonomia. A justificativa do Tribunal diminuía os trabalhadores e a diversidade geográfica do estado”.

A ação judicial avançou e, em 2005, veio a vitória: o TJ foi obrigado a implementar o vale-lanche para todos os servidores e servidoras das comarcas do interior, corrigindo a desigualdade praticada até então. No entanto, a conquista veio acompanhada de uma nova batalha. Mesmo reconhecendo o direito dali em diante, o Tribunal não assegurou o pagamento retroativo dos valores não recebidos entre 2003 e 2005.

Mais uma vez, o sindicato não recuou. Pela via jurídica, deu continuidade à defesa dos direitos da categoria. A execução da sentença avançou ao longo dos anos e, em 2019, os servidores começaram a receber os valores devidos, fruto da persistência do SERJUSMIG e do trabalho do escritório Lucchesi.

A atuação do Lucchesi Advogados na demanda pela extensão do vale-lanche aos servidores das comarcas do interior e o pagamento dos retroativos sempre teve como eixo central a efetivação do princípio constitucional da isonomia. O objetivo era corrigir uma distorção que gerava tratamento desigual entre servidores lotados na capital e aqueles que desempenham suas funções nas diversas comarcas do interior.

A procedência da ação e a sua posterior execução - hoje praticamente concluída - representam uma vitória de extrema relevância, pois,



finalmente, garante-se o tratamento equânime aos servidores da primeira instância do TJMG, reconhecendo e valorizando o trabalho desempenhado em todo o Estado.

A história do vale-lanche é um marco dos 35 anos do SERJUSMIG, não apenas pelo resultado final, mas pela mensagem que deixa: nenhuma desigualdade é pequena demais para ser enfrentada, quando está em jogo a dignidade dos trabalhadores. É a demonstração viva de que cada direito garantido hoje foi conquistado com luta, estratégia e insistência.

2004

Um importante passo para o fortalecimento da categoria foi a **inauguração das sedes das regionais** Juiz de Fora, Manhuaçu, Governador Valadares, Montes Claros, Poços de Caldas, Uberaba e Uberlândia.

Eleita a diretoria para o triênio 2004-2007, que teve como presidente a servidora Sandra Silvestrini, que se manteve na tarefa até 2019.

Realização do **7º Encontro de Delegados**, que reuniu mais de 300 servidores filiados.

“Reajuste já!”, primeira campanha unificada dos sindicatos da justiça SERJUSMIG e SINJUS-MG, marca a história do Judiciário mineiro.



“

A luta pela extensão do direito e pelo pagamento retroativo foi essencial para demonstrar que, caso a negociação não funcione, buscaremos justiça na via jurídica. A ação demandou tempo e cobranças incisivas do SERJUSMIG, mas conseguimos o êxito e os servidores receberam o que lhes era devido

Priscila Gusmão
Advogada do escritório Lucchesi

Mobilização na ALMG pela aprovação do PL 2175/2005, que contou com a participação de servidores de várias comarcas do estado

Reunião de negociação do SERJUSMIG com o então presidente do TJMG, Hugo Bengtsson, para cobrar a extensão do vale-lanche a todos os servidores da Justiça



Também foi ano de mobilização conjunta do funcionalismo mineiro pela valorização do serviço público e reajuste salarial.



2004 foi marcado pelo primeiro projeto de encontros regionais, “Eh, Minas! Nosso sindicato, nossa terra!”



“O TJ PRECISA DEIXAR DE SER MERO JULGADOR E PROMOVER AMBIENTES SAUDÁVEIS DE TRABALHO”, AFIRMA PSICÓLOGO

ENFRENTAMENTO Sindicato atuou na criação de lei contra assédio moral

O combate ao assédio moral no trabalho é uma pauta histórica do SERJUSMIG. Em 2007, o sindicato deu um passo pioneiro, ao criar o Plantão de Atendimento às Vítimas de Assédio Moral, conduzido pelo psicólogo Arthur Lobato e pelo então vice-presidente, Rui Viana.

O acolhimento às vítimas revelou a necessidade de uma definição jurídica e política do tema. Assim, ao lado de outras entidades, o SERJUSMIG lutou pela aprovação da Lei Complementar 116/2011, que auxiliou na criação de medidas de prevenção e enfrentamento ao assédio moral no serviço público estadual, um marco na defesa da saúde e

dignidade dos servidores.

Nesta entrevista, Raquel Orlando, assessora administrativa e jurídica do Núcleo de Saúde do Trabalhador, e Arthur Lobato, psicólogo do Núcleo, discorrem sobre a importância dessa conquista e o papel do SERJUSMIG na luta permanente contra o assédio moral.

Por que a lei era necessária?

Raquel Orlando (R) - O assédio moral sempre existiu, mas passa a ser estudado e ter esse nome no começo dos anos 2000. Então, se estamos falando de anos 2000 e temos a Constituição de 88, não se tinha naquela época a expressão assédio moral. Porém, a Constituição



2005

Após diversas denúncias, sindicato inicia uma forte campanha de combate ao assédio moral no Judiciário.

8º Encontro de Delegados.

2006

Aprovada a Lei 2175/05, que viabiliza a extensão do vale-lanche para os servidores das comarcas do interior.

Conquista dos seis níveis. Essa vitória é fruto da intensa e persistente luta do SERJUSMIG.

Federal garante a dignidade da pessoa humana e, quando falamos de assédio moral, falamos de diminuir, de atacar a dignidade humana.

O SERJUSMIG passa a lutar, então, para que houvesse uma lei que não só usasse a expressão “assédio moral”, mas viesse com uma definição e uma penalidade.

Quando começa esse trabalho?

Arthur Lobato (A) - Depois de muito estudo e um esforço intersindical, idealizamos o Plantão de Atendimento às vítimas de Assédio Moral. Então, a gente disponibilizava um dia por semana para que as pessoas pudessem procurar o sindicato para entender o que é o assédio moral e entender se estavam sofrendo com essa prática, já que havia muita desinformação na época. O Plantão foi criado em 2007, como um embrião do Núcleo de Saúde do Trabalhador (NST) do SERJUSMIG.

Mesmo aumentando o acesso à informação e trazendo mais oportunidade de acolhimento e aconselhamento, ainda entendemos que não era o suficiente, era necessário um referencial político. Por isso, foi criado um grupo intersindical do serviço público, envolvendo os sindicatos do Executivo, do Judiciário e do Legislativo. Então, a partir dessa nossa proposta de anteprojeto, houve algumas pequenas alterações, mas o projeto foi aprovado. O SERJUSMIG foi protagonista nesse processo. A proposta foi apresentada pelo grupo, mas boa parte foi produzida pela equipe do SERJUSMIG.

E depois da lei?

A - Depois de todo o trabalho de articulação junto ao governo de Minas e aos parlamentares da Assembleia Legislativa, o SERJUSMIG ainda trabalhou muito pela implementação e regula-

mentação da lei dentro do TJMG.

O Tribunal foi o último órgão a fazer essa regulamentação, a Resolução 748/2013 só foi realmente implementada em 2015.

R - O mais importante da lei 116/2011 é a criação de uma comissão paritária dentro do TJ. Todos os membros do grupo têm o mesmo peso de voto em uma discussão. Além disso, a participação de servidores e de representantes dos sindicatos nessa comissão garante o olhar e a escuta ativa dos trabalhadores em adoecimento.

Como o sindicato continua essa luta na entidade?

A - A estruturação do NST foi muito importante para a continuidade dessa luta. Hoje, temos um acolhimento e aconselhamento inicial com a Raquel como assessora, o atendimento com advogados e com psicólogos, além do respaldo do sindicato para esses trabalhadores em sofrimento. A informação, o conforto, o apoio do SERJUSMIG são essenciais para esses servidores. Desde a publicação de artigos até os atendimentos e palestras nos eventos do sindicato, todo esse trabalho cria uma ligação entre esse trabalhador e o SERJUSMIG.

Quais as batalhas pela frente?

A - Acho que a principal luta pela frente é cobrar que o TJMG saia do local de julgador das situações e se coloque realmente ativo na promoção de ambientes saudáveis de trabalho. Não só focar no atendimento técnico, mas acolher os servidores em adoecimento, divulgar informação e tirar essa estigmatização em cima das denúncias. Os trabalhadores precisam confiar na instituição, o TJ precisa estar do lado desses servidores e evoluir nesses atendimentos.

Em outubro desse ano, aconteceu o **9º Encontro de Delegados**.

Sindicato iniciou mais uma rodada **de formação e debates nas regionais**, dessa vez com o lema “SERJUSMIG, eu integro esta força”.



Com mais de mil quilômetros percorrendo diversos municípios, o SERJUSMIG realizou entre os dias 16 e 18 de outubro o **10º Encontro de Delegados** e comemorou seus 18 anos de luta!

DATA – BASE: ENTENDA A LEI QUE MUDOU A HISTÓRIA DA LUTA SALARIAL NO TJMG

RECOMPOSIÇÃO Norma que fixa a data tem sido referência para cobrar retroativos



Há uma década e meia, os trabalhadores do TJMG têm como referência em sua luta salarial a Lei 18.909/2010, que fixa o período de 1º de maio de um dado ano a 30 de abril do ano subsequente para recomposição das perdas inflacionárias. A inflação é medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), sem essa norma, os salários não chegariam à metade dos valores atuais. Assim, um servidor no PJ 28, que recebe R\$ 3.954,79, teria um vencimento básico de R\$ 1.931,91. Em outro exemplo, um servidor no PJ 69, com vencimento de R\$ 14.709,37, receberia somente R\$ 7.185,66.



SERJUSMIG mobiliza a categoria para protestos na porta do fórum Lafayette e em todas as comarcas do estado para mostrar a insatisfação dos servidores com o silêncio do TJMG em relação a sua pauta de reivindicações.

2009

Realização do 11º Encontro de Delegados, promovido para formar a categoria.

Ano de diversas conquistas, como a aprovação do **PL 2968/09, do Adicional de Desempenho (ADE)**, e a emenda ao **PL 3797/09, que passou a garantir aos Técnicos e Oficiais Judiciários o direito ao adicional de periculosidade.**

A conquista da Lei estadual 18.909 não apenas lastreou as lutas pelas datas-bases anuais. Ela também deu aos sindicatos o argumento necessário para cobrar, com base na legislação, os valores retroativos corrigidos e com juros. Em 2024, foi firmado acordo prevendo correção monetária e juros referentes às datas-bases de 2014 a 2017, um precedente determinante para todas as datas-bases posteriores.

“Antes da Lei da Data-base, passávamos um longo período cobrando a recomposição. Podíamos ter um percentual em um ano, aplicado meses depois, e toda a perda anterior era desconsiderada. A partir do momento em que conquistamos um marco, podemos cobrar o retroativo desde aquela data fixada”, relata Rui Viana, 1º vice-presidente do SERJUSMIG.

Segundo o DIEESE, em uma década, os servidores do TJBA acumulam uma perda salarial de 61%. Nesse período, a categoria fez greves e atos públicos, enfrentando diversas negativas do Tribunal. Ao mesmo tempo, outras categorias ajuizaram ações cobrando a recomposição, mas nenhuma obteve êxito na Justiça.

“Quando chegam ao STF, ele argumenta que o estado deve criar as leis específicas para repor os salários. Mas, há quase 20 anos, o Judiciário, para não ter nenhuma indisposição política, só envia o projeto se o Executivo também enviar. Os poderes são independentes, mas, aqui, essa independência só existe no papel”, explica Antônio Jair Batista Filho, coordenador do Sindicato dos Servidores dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário do Estado da Bahia (SINTAJ-BA).

Para o dirigente do SINTAJ, a existência de uma lei similar à que os servidores do TJMG conquistaram em 2010 elevaria a luta no Judiciário da Bahia a outro patamar. “Seria muito importante ter uma lei específica, que obrigasse o TJBA a encaminhar seu projeto de lei, assim como Minas Gerais tem. Assim, eles não teriam a desculpa de criar um problema político com o governo”, conclui Antônio Jair.



SEM LEI, TUDO É MAIS DIFÍCIL

A experiência em outros estados prova que, sem esse tipo de legislação, a tendência é a perda do poder de compra dos trabalhadores. Na Bahia, por exemplo, existe apenas a revisão geral anual, fixada em 1º de janeiro e prevista no artigo 258 do Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Bahia (Lei estadual 6.677/1994).



1ª Caminhada SERJUSMIG pela Saúde reuniu no SESC Contagem mais de 60 servidores de várias comarcas.



LEI EXIGE LUTAR AINDA MAIS

trabalhadores uma lei que fixa a data é garantia de pagamento automático. No TJMG, todos os anos, uma árdua luta é travada pela definição do índice, agilidade na tramitação da proposta, bem como pela aprovação, sanção governamental e implementação dos novos valores, com pagamento de retroativos.

Não raras vezes, dificuldades orçamentárias, fiscais e políticas dificultam o êxito dessa luta. Desde a aprovação da Lei 18.909/2010, as

perdas salariais acumuladas dos servidores do TJMG chegam a 14,07%. Isso porque, entre 2013 e 2017, todas as recomposições foram inferiores à inflação.

“Apesar das dificuldades, de um modo geral, tem sido positiva a nossa luta. Não fosse a Lei da Data-base e o esforço anual que sempre fazemos, as perdas equivaleriam à inflação do período, de 138,23%. Isso mostra que lutar tem valido a pena”, pondera Rui Viana.



2010

Vitória! Fruto da luta, é sancionada a **Lei 18.909/10**, que dispõe sobre a data-base da categoria, com revisão anual dos vencimentos e proventos.

Indignados, servidores realizam série de **protestos pela data-base** e contra a situação vivenciada pela categoria, como defasagem salarial, promoções atrasadas e condições precárias de trabalho.



Em agosto desse ano, o sindicato realizou o **12º Encontro de Delegados**.

A GREVE COMO INSTRUMENTO DE LUTA NO SERJUSMIG

Ao longo de sua trajetória, o SERJUSMIG consolidou-se como uma entidade que não recua diante dos desafios impostos à categoria. Entre os mecanismos de mobilização que marcaram sua história, a greve ocupa um lugar central, não apenas como ato de paralisação, mas como afirmação coletiva de dignidade e resistência. As mobilizações de 2013 e 2015 ilustram esse caminho e são referências importantes para a luta sindical no Judiciário mineiro.



Assembleia Geral da greve de 2013 mobilizou a categoria em todo o estado na luta por direitos

2011

Ano marcado por **visitas às comarcas**, reuniões e negociações em defesa das pautas da categoria, como data-base, vale-lanche, reembolso de diligências e gratificação de chefia para escrivães e contadores.

Aprovada a **Lei 19.480/2011**, que amplia o ADE para a 1ª instância.

Lutas também em Brasília, pela **PEC 190/2007**, que trata do Estatuto do Servidor.

Grças à forte atuação do SERJUSMIG, PLC 45, que coíbe o assédio moral na Administração Pública, se transformou na **Lei estadual 116/11**.

13º Encontro de Delegados.



2013: A GREVE QUE FEZ HISTÓRIA E JURISPRUDÊNCIA

Em 2013, o descontentamento generalizado com a defasagem salarial e a ausência de valorização levou a categoria a aprovar uma das greves mais emblemáticas já conduzidas pelo SERJUSMIG. O movimento foi forte, organizado e enfrentou grande resistência institucional. O Tribunal contestou a legalidade da greve, levando o sindicato a ingressar com uma ação judicial que chegou até o Supremo Tribunal Federal (STF).

O movimento foi considerado a grande greve da categoria e foi a mobilização com maior paralisação de dias consecutivos. O atual presidente do SERJUSMIG, Eduardo Couto, na época era delegado da comarca de Buritis e estava em estágio probatório, mas participou da greve.

“

A luta jurídica de 2013 não foi apenas sobre aquele momento. A decisão reafirmou que os servidores da Justiça têm direitos e que a greve é um instrumento legítimo para defendê-los. Isso mudou a forma como o Tribunal e toda a categoria passaram a enxergar o nosso movimento

Eduardo Couto
Presidente do SERJUSMIG

“Como elo entre a comarca e a diretoria do SERJUSMIG, eu fiz o possível para que todos os colegas participassem. O movimento foi muito importante no momento e foi ainda maior na história do sindicato. As conquistas que vieram da greve foram significativas, mas o precedente criado pela luta foi ainda maior. Aquele momen-

to foi essencial para demonstrar ao TJMG a força dos trabalhadores”, relata Eduardo.

O então ministro do STF, Teori Zavascki, reconheceu a legalidade do movimento, reforçando o direito constitucional dos servidores. Essa decisão criou um precedente histórico, assegurando que futuras paralisações encontrassem respaldo jurídico sólido.

Para o 1º vice-presidente do SERJUSMIG, Rui Viana, essa conquista representou um divisor de águas.

A greve teve êxito em suas demandas principais, que eram a recomposição salarial, apontamento de vagas da Promoção Vertical 2012 e valorização dos trabalhadores. Contudo, mesmo



2012

Após diversas denúncias, sindicato visita comarcas e identifica diversos problemas estruturais, quantidade excessiva de processos, situações de risco à saúde e segurança dos servidores e usuários.



2013

14º Encontro de Delegados Sindicais

Ano marcado por greve histórica dos trabalhadores do TJMG, de 31 dias, com protestos e adesão massiva da categoria.

após o fim da paralisação, o SERJUSMIG se manteve vigilante, cobrando os acordos provenientes do movimento.

2015: MOBILIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DA LUTA

Em 2015, dois anos após a vitória judicial, o SERJUSMIG voltou a conduzir uma grande greve. Lembrada pela frase de ordem “Cala a boca já morreu!”, o movimento foi um episódio histórico que marcou a importância da luta por liberdade sindical. Os grevistas lutavam por recomposição salarial (data-base 2015) e a instituição de um auxílio-saúde.



A greve sofreu retaliações da Administração contra dirigentes sindicais e servidores. Processos administrativos e judiciais foram empregados para perseguir trabalhadores em luta. “Foi um momento de ameaça à liberdade de expressão e à atividade sindical. Por expor a falta de isonomia dentro do Tribunal, fomos atacados”, reforça Rui Viana.

Com a vitória dos servidores em greve, veio a aprovação da data-base 2015. Em 2019, vieram outras duas grandes conquistas: a criação dos auxílios saúde e transporte.

UM LEGADO PARA O PRESENTE E PARA O FUTURO

As experiências de 2013 e 2015 deixaram marcas profundas e ensinamentos valiosos. A vitória jurídica de 2013, em especial, permanece como um alicerce importante, capaz de orientar e fortalecer eventuais movimentos futuros. Saber que o direito à greve é reconhecido judicialmente dá à categoria segurança para agir quando as circunstâncias exigirem.

“

Cada mobilização constrói um capítulo da nossa história. E cada vitória, seja jurídica, política ou coletiva, reforça a nossa capacidade de transformação. Greve é um instrumento forte, responsável, legítimo, mas também a última instância da luta. Quando a categoria entende isso, ela ganha poder. E o SERJUSMIG está aqui para garantir que esse poder seja exercido com consciência e estratégia

Rui Viana

Vice-presidente do SERJUSMIG



2014

15º Encontro de Delegados é marcado pela participação de centenas de delegados sindicais.

O SERJUSMIG se empenhou na luta contra o PL dos Penduricalhos, que concedia uma série de benefícios aos magistrados.

16º Encontro de Delegados.

GARANTIR O FUTURO PELA PORTA DA LEGALIDADE: A LUTA HISTÓRICA PELOS CONCURSOS PÚBLICOS



Luta do SERJUSMIG garante, em 2006, a posse dos aprovados no concurso de 2005



Em 35 anos de história, o SERJUSMIG protagonizou batalhas decisivas para manter o ingresso por concurso público no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Nesta reportagem, o sindicato revisita momentos-chave dessa trajetória, trazendo como exemplos as vitórias emblemáticas dos editais de 2017 e 2022.

Dos concursos pioneiros de 1994 e 2005 às batalhas decisivas de 2017 e 2022, o sindicato esteve ao lado dos servidores e da sociedade, garantindo que o TJMG mantivesse sua identidade institucional e seu compromisso com os mineiros.

A luta pelos concursos é também a luta pela qualidade da Justiça. E, ao longo de três décadas e meia, o SERJUSMIG provou que essa bandeira não pertence a uma gestão, mas a toda uma história coletiva - uma história que continua a ser escrita todos os dias.

2014

Com um pedido de socorro, a comemoração do Dia do Servidor Público foi substituída por uma mobilização pela valorização da categoria, com o lema “SOS 1ª Instância!”.



2015

Ano marcado pela luta contra o autoritarismo da Administração do TJMG. Diante da censura sofrida, o sindicato lançou a campanha “Cala a boca já morreu!”.





Em 2018, aprovados no concurso de 2017 sem manifestaram em frente ao TJMG para cobrar nomeações

O INÍCIO DE UMA BANDEIRA PERMANENTE

Desde sua fundação, o SERJUSMIG se coloca como defensor intransigente dos concursos públicos. Quando os concursos de 1994 e 2005 marcavam os primeiros grandes debates sobre a composição do quadro de servidores, o sindicato já atuava de forma firme para combater contratações precárias e modelos improvisados que ameaçavam a estrutura do Judiciário mineiro.

Esses certames tornaram-se marcos simbólicos. Eram anos de afirmação da categoria e construção das bases que sustentariam a atuação sindical nas décadas seguintes. A defesa do concurso se tornou parte da identidade do SERJUSMIG.

2017: O CONCURSO QUE FOI RESSUSCITADO

Entre os episódios mais emblemáticos está o concurso de 2017. Melissa Caldeira, hoje 3ª vice-presidente do SERJUSMIG, entrou no TJMG por meio do certame e fez parte da luta, mesmo após ser nomeada, como integrante da Comissão de Aprovados de 2017.

O concurso, diferente dos anteriores, não foi regionalizado por comarcas e foi também seguido da unificação dos quadros. Novamente, a luta foi necessária para incluir os aprovados de 2017 na unificação, possibilitando a nomeação desses concursados.

“Quando saiu o texto da unificação, percebemos que nada protegia o concurso vigente. Então, lutamos para que isso fosse modificado. Logo depois da unificação, começou a pandemia e o TJMG resolveu não prorrogar o concurso de 2017. Foi só com muita luta e a aprovação da Lei 23.683/2020 que foi possível ressuscitar esse certame”, lembra a dirigente sindical.

Eduardo Couto, presidente do SERJUSMIG, destaca que foi a articulação técnica e política do SERJUSMIG que trouxe de volta o processo: mobilização, diálogo constante e pressão institucional. Sem essa atuação, os aprovados não teriam sido nomeados.

“Junto com a deputada Beatriz Cerqueira e o deputado Wendel Mesquita, fizemos o trabalho de diálogo e pressão com os demais parlamentares, possibilitando salvar não só o concurso do TJMG, mas todos os concursos estaduais vigentes. Não só o SERJUSMIG, mas toda a estrutura sindical mineira foi indispensável para essa con-



Após greve de 37 dias, que conquistou direitos aos servidores, o SERJUSMIG organizou o 17º Encontro de Delegados.

Criação do Núcleo de Aposentados e Aposentadas do SERJUSMIG (NAS), promovendo encontros mensais, viagens e palestras voltadas à discussão dos interesses dos aposentados.



quista”, diz Eduardo.

A partir desse episódio, o sindicato consolidou ainda mais sua força como referência na defesa da legalidade, da impessoalidade e da continuidade dos serviços no TJMG e no funcionalismo público mineiro.

2022: REAFIRMANDO PRINCÍPIOS E CONSOLIDANDO VITÓRIAS

“Chegamos a ouvir diversas vezes sobre a possibilidade de anulação do concurso de 2022, mas foi a ideia do SERJUSMIG que salvou este edital”, lembra o diretor sindical Felipe Galego.

Porém, a história começa antes da ameaça de anulação. Após numerosos problemas com solicitações de permutas e remoções de servidores recém-nomeados pelo concurso de 2017, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais decidiu reimplantar a regionalização no edital 01/2022.

Com a regionalização por comarcas, o edital

então desrespeitava a lei de cotas. O caso chegou ao CNJ, que determinou que o TJMG retificasse o edital. Entretanto, a decisão do TJMG, de remover a regionalização após o resultado inicial do certame, gerou outro procedimento contra a mudança.

“O servidor que passou em 1º lugar na comarca da sua inscrição agora estava em ‘trecentésimo’, por exemplo. Isso gerou muita insatisfação, já que o TJ mudou a regra geral do concurso. O SERJUSMIG se reuniu com comissões de aprovados e a Administração do Tribunal. Aí, foi colocada na mesa a facilidade com que o Órgão poderia simplesmente anular o certame”, completa Felipe.

O sindicato insistiu na luta e, após um difícil debate com a Administração, trouxe a proposta que solucionou o imbróglio. Eduardo Couto e Felipe Galego revisitaram uma questão similar que havia sido solucionada no Ministério Público.

“Eu liguei para uma gerente do MPMG e consultei como eles tinham lidado com o problema. Com essa conversa, nasceu a ideia que salvou o



Com apoio do SERJUSMIG, aprovados no concurso de 2022 vão à luta para garantir as nomeações.

2016

A logomarca do SERJUSMIG passa por uma reformulação, incorporando elementos que representam o papel da entidade na luta por direitos, tendo como lema: “Unir, Lutar e Vencer!”.



Ano cheio de incertezas para a classe trabalhadora, devido ao novo regime fiscal (Teto de Gastos) proposto pelo então governo Temer (MDB).



concurso: respeitando a lei de políticas afirmativas de cotas, poderia ser utilizada a ordem alfabética de comarcas. Um critério impessoal e isonômico, que estava de acordo com a lei e ia possibilitar a tão necessária nomeação de novos trabalhadores para o TJMG”, recorda o presidente do SERJUSMIG.

A proposta foi levada para o TJMG em um ofício conjunto com os demais sindicatos da categoria e foi implementada, possibilitando a nomeação de todas as vagas previstas no edital.

O CONCURSO COMO PILAR INSTITUCIONAL

O concurso público não é apenas um procedimento administrativo. Ele é o pilar que sustenta a qualidade do funcionalismo, assegura isonomia e garante que o serviço prestado à população seja realizado por profissionais qualificados e comprometidos.

Essa compreensão, compartilhada por diferentes gerações de dirigentes, explica porque o SERJUSMIG resistiu - e continuará resistindo - a qualquer tentativa de precarização da carreira pública.

Eduardo Couto ainda lembra de momentos da história brasileira que reafirmam que o concurso público e a estabilidade dos servidores são indispensáveis:

“É por meio do concurso que podemos ter a garantia, como cidadãos, da qualidade do serviço, isonomia e transparência. Defender os concursos e direitos inegociáveis dos servidores, como a estabilidade, é a forma definitiva de buscar um funcionalismo público transparente, que atenda à sociedade e que combata a corrupção. Se um servidor público não tiver estabilidade, como ele vai denunciar qualquer ato ilícito com receio de represálias? Precisamos defender os trabalhadores que fazem os municípios, estados e federação funcionarem e garantir, por meio dos concursos, que eles não estarão sobrecarregados.”



O SERJUSMIG lançou-se à luta contra as reformas da Previdência e Trabalhista.

18º Encontro de Delegados.



O sindicato se manteve firme nas lutas e negociações pela aprovação das datas-bases 2016 e 2017.





HÁ UMA DÉCADA, NAS DEMONSTRA, NA PRÁTICA, QUE APOSENTADORIA NÃO É O FIM, MAS O INÍCIO DE UMA CAMINHADA

1_ Primeira atividade do NAS, em 2015, reuniu dezenas de aposentados.

2_ Diretora Social do SERJUSMIG Ana Maria Bertelli

3_ 2º Encontro de aposentadas e aposentados do NAS - 2025

19 de junho de 2015! A data assinala o surgimento de um dos mais importantes instrumentos criados pela organização dos trabalhadores do TJMG. A fim de evitar a perda de vínculo com quem se aposenta, surgiu o Núcleo de Aposentados do SERJUSMIG (NAS).

Uma década depois, o núcleo já percorreu uma longa estrada, tornando-se parte indissolúvel das vidas de seus participantes. “O NAS nos colocou ativos outra vez”, relata Antônio Carlos Lopes, servidor da Justiça desde 1958, escrivão aposentado desde 1993 e frequentador das atividades do núcleo desde 2015.

Estudo realizado pelos pesquisadores Rogério Costanzi e Graziela Ansiliero, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), aponta que, em uma década, o número de aposentados e pensionistas no país cresceu 23,4%, pas-

2017

Ano de concurso, mas não de nomeações.

19º Encontro de Delegados.

2018

Neste ano, a luta pela criação dos auxílios saúde e transporte foi árdua, mas vitoriosa.

20º Encontro de Delegados.



Vitória também para os escrivães e contadores, com a sanção da Lei estadual 20865/2013, que dispõe sobre a **gratificação de gerência** para esses trabalhadores.

sando de 23,1 milhões para 28,5 milhões.

A aposentadoria, uma conquista cada vez mais difícil no Brasil, representa para muitas pessoas o fim de uma carreira. Para outros, porém, trata-se de um novo começo, uma oportunidade de renovação. Ao perceber isso, o SERJUSMIG busca contribuir, em primeiro lugar, preservando os vínculos do trabalhador.

“Percebemos que muitos colegas perdiam as referências que tinham no efetivo exercício, entre as quais o próprio sindicato. Ora, aposentadas, essas pessoas têm um tempo que deve ser aproveitado pela organização, na luta, na formação política ou na educação para o autocuidado”, pontua Ana Maria Bertelli, diretora social e responsável pelo NAS.

Tal trabalho se dá com investimento robusto em palestras e momentos de confraternização e promoção do bem-estar. Em junho de 2025, o NAS realizou seu 2º Encontro Estadual, em Belo Horizonte, com cerca de 200 participantes. Em 2024, foi criado o NAS Em Canto, coral regido pelo maestro Élcio Rodrigues Pereira, do Palácio das Artes, que proporciona aos participantes o direito à educação musical e à fruição artística.

APOSENTADO PODE SER SINDICALISTA

“Depois que nós cumprimos nossas obrigações no Judiciário, temos um tempo disponível para trabalhar no Núcleo, ajudando nas lutas do sindicato”, afirma Paulo César Costa Silva, o primeiro integrante a se somar ao NAS.

De fato, os ataques aos direitos dos trabalhadores não cessam após a aposentadoria. Em Mi-

nas Gerais, a mais recente reforma do Regime Próprio, aprovada por iniciativa do governo Zema (Novo) em 2020, impôs a cobrança de novas alíquotas de contribuição e aumentou as idades para aposentadoria de homens e mulheres.

Quatro anos depois, um novo grande ataque foi aprovado: a Lei estadual 25.143/2025, que aumentou as alíquotas do Ipsemg Saúde. O esforço combinado da Frente Mineira em Defesa do Serviço Público e o bloco Democracia e Luta logrou reduzir danos, evitando a entrega de imóveis do instituto à iniciativa privada, em uma emenda da deputada Beatriz Cerqueira (PT). Além disso, as forças populares garantiram a ampliação da faixa dos isentos e reduziram o valor proposto para cobrança de alíquota adicional, de 1,2% para 1%. O episódio demonstrou que a participação dos aposentados na luta é indispensável.

“Vejo as novas gerações se aposentando mais velhas e recebendo cada vez menos do que nós, que viemos antes. Então, a aposentadoria está sendo atacada e nós, aposentados, precisamos continuar na luta. Hoje, depois que me aposentei, eu me considero uma sindicalista, pois tento estar mais disponível”, conclui a aposentada Marta Regina Fonseca Lima.



2019

O fantasma da **Reforma da Previdência** volta a assombrar os servidores.

21º Encontro de Delegados.

Ano de conquista da unificação dos quadros e das carreiras das duas instâncias. Objetivo era acabar com as desigualdades entre os servidores do Judiciário estadual.



Ano de eleição da nova diretoria do SERJUSMIG. A nova gestão teve como presidente o diretor Rui Viana.

O SINDICATO É POLÍTICO: ATUAÇÃO DO SERJUSMIG NÃO SE RESTRINGE À LUTA ECONÔMICA



Admitida como servidora no concurso de 2006, a assistente social Rita Barricati, hoje em Monte Sião, filiou-se ao SERJUSMIG após receber uma visita da diretoria à sua comarca. Desde então, ela tenta participar como pode das atividades promovidas pelo sindicato, como assembleias e encontros.

A primeira experiência de Rita nas ruas, porém, foi tardia. “Era o governo Temer (MDB) e ele começou a falar em reformas. No nível macro, foi quando nos vimos com ‘a faca no pescoço’. A partir daí, nunca deixei de participar, nem mesmo na pandemia”, conta.

Para a servidora, o ingresso na luta política, portanto, se deu a partir do convencimento de que os desafios dos servidores transcendem os limites do Tribunal de Justiça. Para tanto, a consciência do momento vivido no país, de ataque ao serviço público, tem sido fundamental.

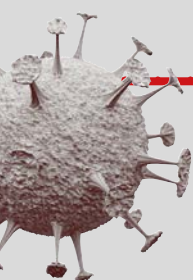
“Vi que era preciso olhar mais amplo, não pensar só na ‘nossa casinha’. Em 2021, por exemplo, estive nas manifestações contra a antiga Reforma Administrativa (PEC 32). Depois, tivemos o RRF. Essas pautas maiores, se aprovadas, levam por água abaixo as nossas lutas no nível micro, como salário, carreira e outras”, observa.

JUDICIÁRIO NÃO É BOLHA, SERVIDOR É CIDADÃO

A servidora ressalta que o sindicato não é partidário, mas é político. Seu trabalho tem implicações sobre a vida da categoria, mas também do conjunto dos jurisdicionados e de toda a classe trabalhadora. Por essa razão, Rita vê como impositiva a participação do SERJUSMIG nas lutas mais amplas.

Essa orientação, sempre presente na trajetória do SERJUSMIG, tem ganhado força nas últimas gestões, com o envolvimento crescente em mobilizações unitárias da FENAJUD, da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, da Frente Mineira em Defesa do Serviço Público e de outras articulações. Para Rita, o tratamento do sindicato a essas lutas se aprimorou.

“Tivemos experiências em que era preciso chamar uma Assembleia Geral para decidir se deveríamos aderir a uma luta nacional. Seria como se, agora, tivéssemos que fazer uma assembleia para decidir se vamos lutar contra a Reforma Administrativa. Percebo que, hoje, amadurecemos para que isso não seja exigido. Se a luta é necessária, o sindicato tem que abraçar. Não faz sentido



2020

Pandemia de Covid-19 pausa as atividades presenciais, mas o SERJUSMIG se manteve atento às lutas nacionais e estaduais, denunciando e cobrando medidas.



Em Minas Gerais, luta foi contra a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), apontado pelo governo Zema (Novo) como solução fácil para equilibrar as contas do estado, com privatizações, congelamento de salários e paralisação das carreiras.



fugir. Um dos objetivos do movimento sindical é justamente essa luta maior”, argumenta.

VOZ A QUEM NÃO TEM VOZ

“

Não precisamos nos limitar à nossa própria categoria e a nossas pautas pragmáticas que são, de fato, parte da nossa missão institucional. Sendo o sindicato um instrumento para dar voz a quem não tem voz, temos que ir além

Eduardo Couto
Presidente do SERJUSMIG

O dirigente cita como exemplos de atuações legítimas a luta contra as privatizações, pelo fim da escala 6x1, a solidariedade a sindicalistas perseguidos pelo governo Zema (Novo) e o apoio aos mais vulneráveis, como a ajuda às vítimas das

Em defesa dos direitos dos trabalhadores, SERJUSMIG mobiliza servidores para manifestação contra a Reforma Administrativa, em Brasília

chuvas em território sul-rio-grandense, em parceria com o Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Sindjus-RS), entre outras ações.

“Antes de ser servidor de um cargo e especialidade específica, em uma comarca específica, dentro de um segmento do serviço público, que é o trabalho no Judiciário, sou trabalhador: um ser humano que precisa vender sua força de trabalho para sobreviver. É por compreendermos isso que nos percebemos como um todo muito maior do que 12 mil pessoas. Somos uma classe de milhões, cujo destino depende da nossa capacidade de lutarmos juntos”, pontua o sindicalista.

2021

A pandemia se estendeu por cerca de dois anos, mas isso não impediu que o SERJUSMIG continuasse nas lutas contra a PEC 32 e o RRF.

Após um ano sem grandes atividades presenciais, o SERJUSMIG realiza o 22º Encontro de Delegados em BH, com as devidas medidas de segurança.



2022

Eleição da nova diretoria tem o servidor Eduardo Couto como primeiro presidente vindo de fora da Grande BH.

SERJUSMIG GARANTE DIREITOS E MUDA TRAJETÓRIA DE SERVIDORES EM MINAS

As conquistas do SERJUSMIG ao longo dos seus 35 anos de história são notáveis. Indiscutivelmente, elas podem ser identificadas no contracheque dos servidores, como na Lei da Data-Base, além de gratificações, indenização de férias-prêmio e outros direitos.

Embora muito importantes, as pautas financeiras não anulam as lutas por outros direitos fundamentais. É missão dos sindicatos defender os trabalhadores amplamente, o que inclui garantir que todos, independentemente de raça, gênero, orientação sexual ou outras condições, sejam tratados com justiça e dignidade.

Milhares tiveram garantidos seus direitos após a luta sindical e experimentaram uma intensa mudança de vida. Alguns servidores e servidoras decidiram compartilhar essa experiência.



Tamiris Almeida, servidora da comarca de São Francisco

PCD

Kátia Aparecida Pereira Dayrell, de Abaeté, encontrou no SERJUSMIG o apoio decisivo para superar um período crítico após sua designação, em 2022, para uma cidade do Sul de Minas. Em meio ao luto pela perda do marido e enfrentando graves dificuldades de mobilidade em um fórum sem acessibilidade, ela recorreu ao sindicato, que assegurou a aplicação da Resolução 1000, garantindo-lhe designação provisória e proteção como servidora PcD.

“A gente sente que está brigando com uma estrutura grande e forte, e ter uma pessoa como a funcionária Raquel dizendo ‘não desiste, pega aqui na minha mão’, salva nossas vidas”, resume. Um ano depois, diante da recomendação de migrar para o teletrabalho — opção inviável para seu bem-estar emocional — o SERJUSMIG novamente interveio, mobilizando a Resolução 954 para garantir seu direito à transferência. O acolhimento e a atuação firme do sindicato foram essenciais para que Kátia conquistasse condições dignas de trabalho.

Ela conta que a experiência a aproximou do sindicato e reforçou sua percepção de que o trabalho incansável da entidade transforma vidas e garante dignidade. “Eu pude ver o quanto esse pessoal trabalha, estão negociando direitos, trabalhando duro e superando dificuldades gigantescas todo dia”, reconhece.

2023



Aos poucos, as atividades retomaram seu curso normal, inclusive nas mobilizações contra o Regime de Recuperação Fiscal.

SERJUSMIG conquista a devolução da contagem de tempo dos servidores, que havia sido congelada pelo governo Bolsonaro (PL) na Lei Complementar 173/2020.

Graças ao trabalho árduo do sindicato, pela primeira vez, a data-base foi aprovada e sancionada no mesmo ano de referência.

TELETRABALHO

“Hoje, estou feliz, satisfeita e comprometida com o meu trabalho no Tribunal. Amo o teletrabalho, convivi com colegas incríveis e me adaptei muito bem à modalidade. Sempre senti que conseguia ajudar muito os colegas da secretaria, porque o trabalho rende, o teletrabalho proporciona produtividade e qualidade de vida, ao mesmo tempo”, defende Carolina de Almeida Moreira Venturini, em teletrabalho desde 2016. Mas não foi sempre assim.

No Tribunal desde 2006, ela viveu um dos momentos mais difíceis de sua trajetória profissional, quando buscava férias-prêmio para estar ao lado de seu marido, que se mudara para Curitiba, e não obteve êxito.

Sem vínculos com o SERJUSMIG na época, ela buscou ajuda após indicação de uma ex-chefe e encontrou no diretor Rui Viana acolhimento com sensibilidade e disponibilidade. O sindicato passou a acompanhar a situação, enfrentando reiteradas negativas do juiz responsável e abrindo caminhos que Carolina desconhecia — entre eles, a possibilidade de ingressar no então projeto-piloto ou Projeto Experimental de Teletrabalho, em 2016.

Graças à orientação do SERJUSMIG, ela conseguiu fazer a preparação e aderiu ao projeto em 2016. Ainda naquele ano, pôde reorganizar sua vida, morando novamente com o marido e longe do ambiente que lhe causou sofrimento. “Eu ia pedir exoneração. O SERJUSMIG literalmente salvou minha vida profissional”, relata.

A servidora conta que sequer precisou voltar à comarca ou falar com o juiz. “Eu não passei mais humilhações, cortou aquele ciclo de assédio. E foi o sindicato quem fez isso, me protegeu. Eu saí de uma depressão porque tive uma mão estendida, eles acreditaram em mim quando eu não tinha mais forças. Isso vale mais do que qualquer conquista financeira”, agradece.

Anos depois, quando o teletrabalho foi ameaçado de extinção, colocando dezenas de servidores em insegurança, o SERJUSMIG atuou firmemente, defendeu os trabalhadores e garantiu a permanência da modalidade em negociação com o TJMG. Carolina teve sua visão sobre o movimento sindical transformada.



“

O brasileiro tem resistência à atuação sindical, muitas vezes, achando que quem está ali não trabalha ou a entidade não é útil. Mas o SERJUSMIG realiza um trabalho essencial, com olhar humano, ético, e uma atuação profissional

Carolina de Almeida M. Venturini
Servidora do TJ de Curitiba

Sindicato realiza
o 24º Encontro
de Delegados e
Delegadas Sindicais.



SERJUSMIG lança
sua primeira revista,
com o intuito de
levar aos servidores o
aprofundamento de temas
pertinentes à luta sindical.

Entidade lança o
programa “Fala,
Diretoria!”, aproximando
ainda mais a direção da
categoria.



ASSÉDIO MORAL

“Imagina se não existisse o SERJUSMIG, o que eu ia fazer? Eu já estava indo a uma psicóloga por minha conta, e o que eu precisava era de acolhimento e orientação no ambiente de trabalho, sair de um setor que estava me adoecendo. Eu fui ao sindicato sem saber como seria e, assim que cheguei, já senti um alívio. Eu entendi que eu seria acolhido ali. E realmente fui: acolhido, ouvido, orientado”, reconhece o servidor S.C.N.C. (que prefere não se identificar), assistido após sofrer assédio moral no trabalho.

Sindicalizado há muitos anos, ele nunca havia recorrido diretamente ao SERJUSMIG até enfrentar um ambiente de trabalho que, inicialmente promissor, tornou-se opressivo e prejudicial à sua saúde. A chefia adotava práticas que isolavam os servidores e intensificava cobranças diárias, criando um clima hostil e desmotivador.

Sobrecarregado com múltiplas tarefas e sem conseguir permuta para deixar o setor, ele acabou adoecendo e percebeu que

precisava de ajuda. Ao procurar o SERJUSMIG, encontrou acolhimento imediato.

Com orientação precisa sobre o procedimento administrativo que permitiria sua saída por motivo de saúde, ele recebeu acompanhamento profissional em cada etapa necessária para sua transferência. A atuação do sindicato foi decisiva para que o trabalhador recuperasse a estabilidade emocional, e encontrasse um ambiente de trabalho saudável, descrito pelo servidor como um local onde as pessoas eram amigas entre si: “onde eu tinha prazer em trabalhar”.

Ele destaca a importância do trabalho de acolhimento e orientação realizado pelo sindicato, pois, ainda que trabalhando dentro do Tribunal, muitas vezes, os servidores não conhecem os procedimentos internos administrativos. E S.C. afirma que “pautas que não são econômicas e parecem sociais são, na verdade, pautas de condições de trabalho. Portanto, papel do um sindicato”.



Banco de imagens freepik

“

Recebi orientação da Raquel, que foi muito detalhista e clara. Nessa época, eu fiquei muito triste e deprimido, e contei com apoio psicológico também no sindicato. Todos foram muito profissionais

S.C.N.C - Servidor do TJMG

2024

NAS realiza seu **primeiro encontro estadual de aposentados**, com participação de mais de 300 pessoas.

Frente à ameaça de anulação do concurso regido pelo edital 01/2022, a proposta de acordo elaborada pelo SERJUSMIG garantiu a sua manutenção. A homologação veio após reuniões, negociações e atos.

Sindicato completa **25 encontros de delegados** e realiza exposição para contar a história dessa importante atividade.





Banco de imagens freepik

“

A gente não é incapaz. E o que vemos é falta de empatia, falta de condições de trabalho, de oportunidade de crescimento profissional. Não adianta falar de empatia se isso não vem do próprio servidor dentro do ambiente de trabalho. Tem uma deficiência no Órgão que me contratou. Quem tem feito todo o papel de acolhimento, garantia de direitos e cuidado é o sindicato

Ludimila Figueira,
servidora da comarca de Ipatinga

PCD, MULHER, MÃE

Mulher negra, PcD e mãe solo de um filho autista, a servidora Ludimila Figueira, de Ipatinga, relata que encontrou no SERJUSMIG não apenas orientação sobre direitos, mas acolhimento humano em um contexto de múltiplas demandas. Desde a posse, quando tomou conhecimento da Resolução 1000 em uma reunião de boas-vindas, Ludmila recebeu apoio para acessar benefícios essenciais — entre eles, a jornada reduzida e o auxílio-creche específico para responsáveis por crianças com deficiência. A entidade acompanhou cada protocolo, intercedeu diretamente junto ao TJ e garantiu que ela pudesse conciliar as exigências do trabalho com a rotina intensa do filho, que faz tratamentos multidisciplinares diariamente.

Ludimila conta que, em suas passagens por diferentes unidades do Judiciário, não encontrou no TJ a mesma empatia e preocupação com suas condições de trabalho demonstradas pelo sindicato. Portadora de visão monocular, nunca recebeu avaliação ou adequação de seu ambiente laboral por parte das gestões locais. Em sua vida, o SERJUSMIG tem sido o único espaço de acolhimento real.

Ludimila lembra a realização do Seminário Intersindical “Inclusão e Dignidade no Serviço Público”, em setembro de 2025, e destaca o compromisso permanente do sindicato. Os participantes elaboraram pauta de reivindicações específica, já encaminhada ao Tribunal. “Foi o sindicato quem garantiu meus direitos, me ouviu e me amparou”, resume.

2025

SERJUSMIG completa 35 anos de história, lutas e conquistas e é homenageado em Reunião Especial da Assembleia Legislativa, requerida pela deputada Beatriz Cerqueira.



26º Encontro de Delegadas e Delegados, em Ouro Preto.



Sede: Rua dos Guajajaras, 1984, Barro Preto - Belo Horizonte/MG - CEP: 30180-101
Telefone: (31) 3025-3500 / www.serjusmig.org.br